



A RECEPÇÃO DE BALMES NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IMPRENSA ULTRAMONTANA

The Reception of Balmes in 19th Century Brazil: An Analysis from the Ultramontane Press

Ana Rosa Clolet da Silva^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7612-1130>
E-mail: anaclolet@gmail.com

Leonardo Henrique de Souza^b

 <https://orcid.org/0000-0002-2305-9959>

^aPontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Faculdade de História e PPG em Ciências da Religião, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA), Campinas, SP, Brasil

^bPontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Faculdade de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA), Campinas, SP, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a apropriação da obra *El Protestantismo comparado con el Catolicismo en sus Relaciones con la Civilizacion Europea*, do teólogo monarquista Jaime Luciano Balmes Uría (1810-1848), pelo jornal *O Apóstolo*, editado no Rio de Janeiro entre 1866 e 1901 e principal porta-voz do pensamento ultramontano, no Brasil da segunda metade do século XIX. No contexto analisado, o jornal afinou-se com algumas das diretrizes da Santa Sé, voltadas para o combate aos supostos “erros da modernidade”, ameaçadores do lugar da religião na sociedade moderna. Ao buscar compreender como trechos e ideias presentes na obra de Balmes, escrita no contexto da reação legitimista às vicissitudes sociopolíticas que marcaram a Espanha na década de 1840, foram reinterpretados à luz da realidade brasileira, pretende demonstrar como a circulação de ideias através da imprensa periódica constituiu um dos vetores que vinculou Brasil ao mundo católico da época, justificando tomá-la como fonte privilegiada para os estudos do catolicismo oitocentista, sob a perspectiva das histórias conectadas.

PALAVRAS-CHAVES

Jaime Balmes. Ultramontanismo. Imprensa Católica.

ABSTRACT

This article analyzes the appropriation of the work *El Protestantismo comparado con el Catolicismo en sus Relaciones con la Civilizacion Europea*, of the monarchist theologian Jaime Luciano Balmes Uría (1810-1848), by the newspaper *O Apóstolo*, published in Rio de Janeiro between 1866 and 1901 and that was the main spokesman for ultramontane thought in Brazil, during the second half of the 19th century. In this context, the newspaper was in tune with some of the guidelines of the Holy See, aimed at combating the supposed “errors of modernity”, threatening the place of religion in modern society. In seeking to understand how excerpts and ideas present in Balmes' work, written in the context of the legitimist reaction to the sociopolitical vicissitudes which affected Spain in the 1840s, were reinterpreted in light of the Brazilian reality, it seeks to demonstrate how the circulation of ideas through the periodic press was one of the vectors that linked Brazil to the Catholic world at the time, justifying taking it as a privileged source for the studies of nineteenth-century Catholicism, from the perspective of connected histories.

KEYWORDS

Jaime Balmes. Ultramontanism. Catholic Press.

No decorrer do século XIX, a imprensa constituiu o principal ator na criação de uma teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que, além de remeter às novidades inauguradas pela modernidade política, também expressaram as principais tendências do pensamento contrarrevolucionário e católico europeu, ressoando o clima legitimista e restauracionista pós-1814, reativo às transformações inauguradas pela Revolução Francesa (SILVA, 2019).

No Brasil, somente a partir da segunda metade do século XIX é que as matrizes europeias de teor legitimista encontrariam condições propícias para referenciar o conservadorismo católico,¹ em especial sua vertente mais antiliberal: o ultramontanismo. Foi nesta conjuntura, marcada pelo surgimento de uma via de secularização apoiada no princípio da liberdade religiosa e da neutralidade do Estado neste sentido (CIARALLO, 2011), pelo avanço do protestantismo e pela fundação do Partido Republicano Paulista, que leigos e clérigos ultramontanos mobilizaram-se contra as principais tendências da modernidade ocidental, associadas à Revolução Francesa e anatemizadas pela Santa Sé.

Em oposição a estas tendências, os defensores do primado pontifício sobre os assuntos de natureza religiosa e da autonomia institucional da Igreja Católica em relação ao poder temporal assumiram uma postura mais intransigente, orientando sua atuação através da imprensa periódica, buscando selar a uniformidade do pensamento ultramontano no Brasil daquele período (SILVA, 2020). Para tanto, apropriaram-se de algumas das principais matrizes filosóficas e teológicas do conservadorismo católico europeu, em seus embates contra o Estado regalista e o anticlericalismo emergente (SILVA, 2019, p. 693-696). Dentre elas, destacam-se as obras do filósofo e teólogo espanhol Jaime Luciano Balmes Uría (1810-1848), dirigidas contra a maçonaria, o racionalismo das luzes, o cientificismo, o regime republicano e, notadamente, o liberalismo e o protestantismo.

Ao lado de Donoso-Cortés (1809-1853), Balmes seria reputado como um dos “intelectuais-eixo para bem compreender o século XIX espanhol em suas incidências teológico-conservadoras” (BUENO, 2012, p. 81), reativas às vicissitudes sociopolíticas que marcaram a Espanha na década de 1840, quando a guerra civil entre liberais e carlistas parecia ameaçar o lugar da Igreja católica no ordenamento político do país.

No Brasil, as obras de Balmes foram anunciadas e vendidas nas principais livrarias do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX, e tiveram seus trechos citados nas páginas dos jornais católicos da época (SILVA, 2019, p. 699), dentre os quais se destacou *O Apóstolo*, editado na cidade do Rio de Janeiro entre 1866 e 1901. Levando em conta esta dinâmica de circulação e recepção das matrizes do legitimismo católico europeu pela imprensa católica ultramontana no Brasil da segunda metade dos oitocentos, este artigo analisa a apropriação que este jornal fizera de uma das principais obras de Balmes: o livro *El Protestantismo comparado con el Catolicismo en sus Relaciones con la Civilizacion Europea*, publicado primeiramente na Espanha em 1842. Além de refletir o clima legitimista instaurado naquele país, na década de 1840, a obra fora escrita em resposta ao calvinista François Guizot, que em 1838 publicava sua *Histoire générale de la civilisation en Europe depuis la chute de l'empire romain jusqu'à la Révolution française*, na qual assinalava o contraste entre uma civilização antiga e uma civilização moderna.

No Brasil, ao defender o lugar da religião católica como fundamento da sociedade moderna, o discurso ultramontano definiu uma das tendências mais antiliberais do catolicismo, em oposição ao liberalismo radical e ao modelo regalista do Estado imperial,

¹ A preservação da monarquia bragantina com D. Pedro I e a manutenção nos laços entre a Igreja e o Estado, através do regime do padroado, promoveram um cenário em que o legitimismo, na primeira metade do século XIX, assumira tonalidade moderada no Brasil (LYNCH, 2008, p. 40).

tendo como uma de suas principais referências a obra de Balmes. Constatação que nos instiga a averiguar os usos políticos e religiosos aos quais esta se prestou no contexto analisado, mediante a apropriação do instrumental teórico-metodológico da História da leitura e do livro (CHARTIER, 2011; 2004; 1996; DARNTON, 2009), com ênfase na circulação de impressos. Uma perspectiva que, embora ainda recente no Brasil,² ajuda a compreender o processo de apagamento de fronteiras nacionais, na globalização do espaço sociocultural e literário, no âmbito do qual se constituíram as redes semânticas comuns ao mundo católico do século XIX.

A OBRA DE BALMES NO CONTEXTO DA CONTRAOFENSIVA CATÓLICA

Nascido de família católica em 1810, na província de Vic – comunidade autônoma da Catalunha –, Jaime Balmes formara-se em Teologia pela Universidade de Cervera em 1833, ordenando-se sacerdote em 1834 e obtendo o título de Doutor em Teologia e de Bacharel em Cânones, em 1835. No início dos anos 1840, mudara-se para Barcelona, onde vinculou-se a alguns jornais e revistas católicas.³ A experiência acadêmica somada às convicções sob as quais assentava-se seu pensamento, marcado pela neoescolástica, rapidamente içaram seu nome no cenário intelectual espanhol através de suas publicações periódicas, discutindo as principais temáticas em voga no mundo europeu, que incidiam sobre a instituição católica (BLANCHE-RAFFIN, 1850).

Tal empreitada, contudo, construía-se em um momento de severa instabilidade política para o Estado espanhol (SÁNCHEZ, 2011, p. 231), sobretudo, em decorrência da eclosão das chamadas Guerras Carlistas, influenciadas pelo clima legitimista que tomou a Europa pós-1814⁴ e que levou a uma reorientação da Igreja Católica mediante estratégias em prol da manutenção de sua autoridade.

Nos embates que delinearão este contexto, as “forças conservadoras e reacionárias” ligadas à Igreja” (RODRIGUES, 2013, p. 38-39) sofreriam derrotas sistemáticas, o que atuou como catalisador para que o pensamento conservador e tradicionalista revelasse sua face mais antiliberal: o movimento ultramontano.⁵ Enquanto movimento eclesiástico fomentado por premissas tridentinas, o ultramontanismo marcará-se por:

[...] uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo,

² Estudos sobre a história do livro e da leitura constituem-se em um campo de pesquisa relativamente novo no Brasil e mesmo na Europa e nos EUA, sendo empreendidos em grande medida sob o enfoque da História Cultural, “somando-se às pesquisas monográficas sobre livros e autores do passado, livrarias, casas editoriais, gráficas, livrarias e revistas que marcaram ou marcam as culturas” (BETTENCOURT, 2014, p. 117).

³ Durante sua intensa atividade como publicista, dirigira *La Sociedad* em Barcelona e, posteriormente, *El Pensamiento de la Nación*, em Madri, ambas precedidas pela Revista *Civilización*, publicada em Barcelona entre 1º de agosto de 1841 e 15 fevereiro de 1843, graças à colaboração entre Balmes, Roca y Cornet, além de Ferrer y Subirana, dedicada a temas de caráter político-religiosos (SÁNCHEZ, 2011, p. 232).

⁴ “Embora genericamente considerado conservador, porque de direita, o discurso tradicionalista não constitui, todavia, uma ideologia de conservação, mas de reação ao movimento constitucionalista que já havia tomado o poder” (RÉMOND *apud* LYNCH, 2008, p. 62-63).

⁵ Nos séculos XVII e XVIII, o termo ‘ultramontano’, em sua gênese utilizado em referência aos Papas não italianos, advindos de ‘além dos Montes’, foi se reconfigurando e se politizando, adquirindo a formatação assumida no século XIX em resposta às transformações trazidas pela Revolução Francesa (SILVA; SILVA, 2020, p. 452).

jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais [...] (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

Em meio a tais turbulências, somadas à ascensão do protestantismo e do liberalismo e “ao quadro de perda de prestígio da Igreja Católica, do refluxo da Restauração e dos movimentos políticos antirreligiosos e proletários” (RODRIGUES, 2013, p. 51) por toda a Europa, Balmes escreveu aquela que seria considerada sua obra prima:⁶ *El Protestantismo comparado con el Catolicismo en sus Relaciones con la Civilizacion Europea*, publicado primeiramente na Espanha, em 1842. Nesse livro, Balmes:

[...] consideró oportuno analizar exhaustivamente la naturaleza, la historia y los frutos del protestantismo en comparación con el catolicismo. [...] Así va analizando [...] desde el origen del cristianismo y su encuentro con el mundo pagano hasta el papel del catolicismo en el curso de la civilización en aspectos tan polémicos como la institución de la esclavitud, la variedad de carismas y de órdenes religiosas, el ennoblecimiento de la mujer, [...] influencia del catolicismo, [...] la tolerancia, [...] la Inquisición, [...] la posición de la Iglesia respecto a los diferentes regímenes políticos, etc. (SÁNCHEZ, 2011, p. 230).

A referida obra atingiria notoriedade. Extrapolando rapidamente as fronteiras da Espanha, ganhou sua primeira tradução para o francês já em 1842 e, na sequência, a tradução para o italiano, entre 1845-1846. Reconhecida como uma das obras mais traduzidas de um pensador espanhol,⁷ o referido livro inseriu-se numa crescente rede de circulação de ideias beneficiada por algumas tendências gerais atreladas ao avanço do capitalismo e da tecnologia, que afetaram particularmente a produção e circulação de impressos: notadamente, o desenvolvimento de uma rede de transportes ao longo dos centros comerciais via trens e navios, a invenção do telégrafo elétrico - “cujas redes nacionais foram integradas, a partir da década de 1850” –, aliados ao “aumento do número de leitores e a difusão de técnicas de impressão mais elaboradas”. (ABREU, 2011, p. 115-116)

No Brasil da segunda metade do século XIX, à medida que avançava a construção da modernidade política, a imprensa assumiria centralidade na elaboração de uma “opinião pública” (MOREL; BARROS, 2003), atuando como “o principal ator na criação de uma teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o espaço impresso, bem como as fronteiras nacionais” (SILVA, 2019, p. 693). Contudo, tal rede de circulação de ideias a partir da veiculação de impressos seria inicialmente combatida pelos Pontífices do século XIX. O papado de Gregório XVI (1831-1845), indicando o alinhamento do magistério da Igreja à perspectiva ultramontana e buscando fortalecer a autoridade política e religiosa do papado, publicara a Encíclica *Mirari vos*, em 1832, que lançava uma crítica contundente ao liberalismo, ao indiferentismo religioso, às liberdades de expressão e consciência e à imprensa, considerados danosos à religião católica (MARIN, 2020, p. 18).

Esta tendência chega ao seu auge no pontificado de Pio IX (1846-1878), que na Encíclica *Quanta Cura* (1864) condenara as práticas de impressão que atuavam fora do alcance da regulação moral do catolicismo, o que, em sua leitura, fomentaria a “propagação

⁶ Dentre suas obras, destacam-se ainda: *El criterio* (1845); *Cartas a un escéptico en materia de religión* (1846); *Filosofía Fundamental* (1846); *Curso de filosofía elemental* (1847).

⁷ A obra *El Protestantismo comparado con el Catolicismo en sus Relaciones con la Civilizacion Europea* foi sendo paulatinamente traduzido para o francês, italiano, alemão, português, o tcheco, o húngaro e também o polaco (MARTÍNEZ, 2011, p. 379).

do indiferentismo” religioso e a “corrupção da sociedade” (MARIN, 2020, p. 18). Contudo, compreendendo ser necessário acionar as mesmas armas dos supostos inimigos da Igreja, recomendava a clérigos e leigos católicos de todo o globo maiores investimentos para a “expansão da imprensa católica”, objetivando “defender a Igreja Católica e a sociedade dos inimigos” e “difundir o catolicismo” (MARIN, 2020, p. 18).

Esta recomendação parece ter sido acolhida pelos editores do jornal O Apóstolo, ao justificar sua missão:

[...] a missão do século XIX exige em primeiro lugar que sejam dissipados os erros e que às inteligências transviadas faça-se patente a verdade. Ninguém pode pois desconhecer que a imprensa periódica e não periódica é nas mãos dos inimigos da Igreja, a arma mais mortífera para combater qualquer espécie de bem e seduzir os espíritos mais retos e sinceros. Para remediar a tão grande mal era necessário que homens cheios de coragem e talento, que padres zelosos, principalmente, empreendessem a obra mais salutar que é preciso tentar – a de oporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa ímpia com as armas ministradas pela imprensa católica. (O Apóstolo, n. 29, 1866, p. 4)

Mesmo com Leão XIII (1878-1903), cujo papado marcaria certa abertura da Igreja Católica ao diálogo para com algumas das tendências do mundo moderno (ANDRADE, 2020, p. 76), esta orientação continuaria sendo seguida. De forma ainda mais contundente que seu antecessor, defendia “[...] a valorização da imprensa católica como meio de combater os erros modernos e de produzir e disseminar conteúdos simbólicos, a fim de cristianizar, formar uma opinião pública e mobilizar o laicato”, enquanto “uma das principais formas de conservação da fé na sociedade” e garantia da “sobrevivência da Igreja Católica no mundo contemporâneo” (MARIN, 2020, p. 18-19).

Estas orientações provindas da Santa Sé, ao mesmo tempo que atuavam no sentido de “moldar as consciências” (SANTIROCCHI; SILVA, 2020), delinearão a autocompreensão do episcopado brasileiro, que passava a entender-se como “[...] como guardião do catolicismo, da moral, dos costumes e da política [...] na sociedade” (MARIN, 2020, p. 24). Objetivo para o qual buscou promover a valorização da “[...] imprensa católica como meio de recristianização social e de combate aos inimigos e aos erros da modernidade.” (MARIN, 2020, p. 38). Sob tais condições, o periódico O Apóstolo tornar-se-ia o principal porta-voz dos interesses ultramontanos no Brasil, recurso a partir do qual o episcopado romanizado mobilizaria estratégias discursivas em prol de uma via específica de secularização, face aos demais projetos na cena pública (SILVA; SILVA, 2020): aquela apoiada no “paradigma tridentino”, propugnadora de um modelo de sociedade que atrelava, definitivamente, o par conceitual “civilização-cristianismo”, encontrando em Balmes sua principal referência. (CLOCLET DA SILVA; MARTÍNEZ; DI STEFANO; MONREAL, 2020).

A RECEPÇÃO DA OBRA DE BALMES PELO JORNAL O APÓSTOLO (1866-1901)

A obra analisada desembarcaria e firmaria seu espaço no mundo luso-brasileiro na segunda metade do século XIX,⁸ recebendo a primeira tradução de seus três volumes

⁸ “En Portugal, por ejemplo, se le considera una de las fuentes de la restauración filosófica y del pensamiento moderno portugués [...]” (MARTÍNEZ, 2011, p. 379).

iniciais⁹ para o idioma português na cidade do Porto, em fins de 1876, a cargo de João Vieira, junto à Editora Chardron (O Apóstolo, n. 113, 1876, p. 2). A partir desta tradução, a obra chegaria com força, sobretudo nos idos de 1877, ao mercado livresco brasileiro,¹⁰ conforme atestado pelas dezenas de livros anunciados nos catálogos das livrarias (FERREIRA, 2011, p. 46) mencionadas na “Sessão de Anúncios” do jornal O Apóstolo, à exemplo da Livraria Luso-Brasileira, da Garnier, da Typ. do Apóstolo e da Livraria Católica. Nestas listas, figura exaustivamente a obra de Balmes, nas “mesmas quantidades”,¹¹ formatos e preço estável ao longo das décadas analisadas: 8\$000 (brochura), e 12\$000 (encadernados). Para compreender o alcance desta obra, é preciso ter em mente que as próprias livrarias eram locais privilegiados de sociabilidade e profusão de ideias dos mais diversos matizes, configurando “um eixo importante para a história da imprensa, associada ao espaço urbano, no qual as rotas de diferentes comércios entrelaçavam-se.” (MOREL; BARROS, 2003, p. 77).

Antes de sua tradução, a obra seria lida em sua versão original em espanhol (O Apóstolo, n. 46, 1870, p. 7),¹² ou em francês (O Apóstolo, n. 41, 1871, p. 4), a depender das cópias a que os editores do jornal tivessem acesso. Em alguns editoriais, o jornal transcrevia trechos da obra balmesiana retirados de outros órgãos da imprensa católica internacional, traduzidos para o português, o que foi corrente até os idos de 1877, quando suas traduções oficiais postas em circulação passam a franquear sua leitura para um público mais amplo.¹³ Por mais que esta restrição idiomática pudesse ser suprida pela prática da leitura coletiva, nada nos leva a afirmar que as leituras das obras de Balmes extrapolassem o clero e alguns membros da elite letrada brasileira. Neste sentido, concordamos que ainda nos:

[...] faltam marcas para que se saiba com clareza como as narrativas foram recebidas, amadas ou censuradas, assim como também é imprecisa a quantificação de leitores no Brasil da época. Escassos também são dados [...] que revelem as diferentes estratégias de leitura para se esclarecer como uma população com tão grande número de analfabetos possa ter se apropriado tão fortemente da leitura [...] (CASTRO, 2015, p. 48).

A despeito da lacuna sobre esses dados, cabe frisar que, sendo a leitura “produção de sentido” (GOULEMOT, 2011, p. 107), atenção especial deve ser conferida à forma como a obra balmesiana fora lida e instrumentalizada pelos redatores do Apóstolo em favor dos ideais ultramontanos, no cenário brasileiro do período em foco. Sobretudo, nas décadas de 1870 e 1880, quando o acirramento das tensões entre a Igreja católica e o Estado direcionam os representantes do ultramontanismo na busca da manutenção do monopólio

⁹ Originalmente, a obra analisada dividia-se em quatro volumes. Os três primeiros receberam sua tradução para o idioma português de Portugal em 1876, enquanto o quarto e último volume chegaria ao mercado editorial apenas no ano seguinte (ANDRADE, 1949, p. 94).

¹⁰ A obra de Balmes já circulava no Brasil antes de suas traduções, porém em menor número e influência. Em junho de 1875, o jornal anunciava, na “Sessão de Anúncios”, que haviam cópias de “O protestantismo comparado com o catolicismo”, de “Don” Jaime Balmes, na sua 2ª versão, pelo preço de 5\$000 (O Apóstolo, n.º. 110, 1875, p. 4.).

¹¹ Não há informes evidentes quanto a esta condição, mas, neste caso, ou o livro poderia estar no quadro dos mais vendidos - por isso, a constante reposição nas “mesmas quantidades” -, ou contava com vendas reduzidas, de modo que as quantidades se mantivessem entre uma compra e o próximo anúncio, quando nova remessa já tivesse chegado à livraria.

¹² O conteúdo da referida publicação está em português de Portugal do século XIX, mas parece se tratar de uma tradução feita pelo próprio redator da publicação, já que conta com vários termos sem tradução do espanhol, algo que não passaria numa tradução oficial a fins de alcançar um público mais amplo.

¹³ É preciso considerar a heterogenia da comunidade de leitores do Rio de Janeiro oitocentista, “[...] indo desde os que recebiam uma instrução específica privilegiada no Colégio Pedro II, e tinham condições de acesso às obras, até aqueles que dependiam da leitura oralizada para se encantarem com os textos literários.” (CASTRO, 2015, p. 46).

do capital simbólico religioso (BOURDIEU, 1982), legitimado pela Constituição de 1824 (NOGUEIRA, 2001).

Nas páginas do Apóstolo, o pensamento de Balmes fora, em boa medida, empregado na sustentação daquilo que seus redatores acreditavam ser a legítima civilização, ameaçada pelo “vendaval de liberdades modernas” (SILVA, 2019). Sob tal entendimento, o pensamento ultramontano buscava em Balmes a referência para fundamentar sua “eloquente apologia da influência civilizadora da Igreja católica”, vista como “Mãe de toda Liberdade, de toda atividade intelectual, de todo progresso moral, de toda a civilização” (O Apóstolo, n. 1, 1870, p. 6). Tal prerrogativa repousava na compreensão apologética balmesiana, a qual compreendia o conceito de “civilização” a partir de outros correlatos¹⁴ como moral, progresso social, o desenvolvimento das artes, das ciências, da razão e da filosofia, da harmonia e ordem social (BALMES, s.a, p. 174-175). Referenciais estes tomados como as matrizes da civilização europeia, conforme reproduzido pelo Apóstolo: “Mostrai-nos um só povo que por si mesmo se tenha elevado à civilização! [...] A civilização europeia deve muito ao cristianismo [...] observado pelo grande filósofo Balmes.” (O Apóstolo, n. 124, 1876, p. 2).

Contudo, é preciso levar em conta que os usos contingenciais desses argumentos implicam variações de sentido. Os redatores do Apóstolo viam no catolicismo o elemento originário da verdadeira civilização e da ordem social. Porém, Balmes jamais afirma, na obra analisada, que houvera ou haveria uma única e imutável civilização, estritamente em moldes católicos. Embora considere a civilização de matriz católica superior às demais - devido à autoridade moral e regulatória do catolicismo -, Balmes aponta que tal configuração seria sinônimo apenas da civilização europeia, indicando a existência de outros modelos de civilização (BALMES, s.a, p. 63-64). Tal teor instrumental, entretanto, é compreensível, posto que, enquanto “[...] objeto cultural, o livro ganha formas e sentidos diferentes quando interpretados no interior de distintas comunidades de leitores, em tempos e lugares distintos” (GOULART, 2014, p. 13). Afinal: cada “[...] época constitui seus modelos e seus códigos narrativos e [...] no interior de cada momento existem códigos diversos, segundo os grupos culturais.” (GOULEMOT, 2011, p. 113)

Diretamente alinhado aos sentidos oitocentistas assumidos pelo conceito de civilização (SILVA, 2019), viriam noções concorrentes de progresso. O movimento ultramontano fora constantemente criticado por, supostamente, posicionar-se contra o progresso, algo negado por seus representantes através do jornal aqui analisado. Em publicação de setembro de 1870, há a tentativa de demonstrar que, historicamente, a Igreja Católica seria a responsável pelo “verdadeiro” progresso - moral, e, também, material -, a despeito do que diziam os jornais maçônicos. Retoricamente, eram os inimigos da Igreja que assumiam, no discurso do jornal, a roupagem de obstáculos ao verdadeiro progresso e, uma vez mais, Balmes é acionado, buscando convencer a opinião pública de que o progresso, melhoramentos sociais, descobertas científicas e os avanços nas artes originavam-se do catolicismo. Perspectiva que viria a tornar indissociável o par conceitual “civilização europeia-cristianismo”, desdobrado no binômio “cristianismo-progresso” (BALMES, s.a, p. 176). O *Apóstolo* reproduzia esta ideia, postulando que:

O judicioso e profundo Balmes em sua obra imortal – O catolicismo comparado com o protestantismo em suas relações com a civilização europeia -, [...] põe em evidência o caráter civilizador da religião católica, e refuta cabalmente todas essas acusações que a imprensa libertina vai repetindo [...]. Vamos também repetir que todos os verdadeiros progressos,

¹⁴ Usamos aqui o aporte metodológico koselleckiano, a fim de situar a qualidade da relação estabelecida entre conceitos, na composição de uma rede semântica (KOSELLECK, 2006).

que todos os melhoramentos sociais foram promovidos ou antes produzidos pela Igreja Católica Romana (O Apóstolo, n. 37, 1870, p. 5).

Elemento constante nestes embates discursivos seriam as noções conflitivas em torno do conceito de “liberdade”, -central no discurso liberal. Ciente de tal debate, sobretudo quanto à sua incidência nos assuntos de matéria religiosa (CARVALHO, 2018), e temendo a iminência de uma ampla liberdade de crenças e consciência, o episcopado ultramontano posicionara-se de modo a demarcar e sustentar suas próprias concepções em torno deste conceito, a partir da teologia católica, encontrando na obra balmesiana um potente sustentáculo retórico como resposta às vicissitudes do período.

Em publicação de janeiro de 1876, defendia que a Igreja seria a legítima fonte das liberdades, de modo que, fora dela, só haveria servidão. Neste sentido, empregam trechos de um discurso supostamente proferido pelo bispo alemão Ketteler, no Congresso dos Católicos Alemães, o qual, em defesa dos princípios já explicitados, acionava Balmes na defesa de que somente o catolicismo teria a capacidade de salvaguardar a sociedade, enquanto as noções liberais “lejos de abrir el camino a la libertad, forjó las cadenas de la esclavitud.” (BALMES, s.a, p. 594). No entendimento explicitado pela publicação analisada: “Não é somente na Alemanha, mas também no mundo inteiro, que a Igreja combate pelas liberdades populares [...]. Já o grande escritor Balmes demonstrara que somente o catolicismo era a salvaguarda dos povos.” (O Apóstolo, n. 8, 1876, p. 2). Assim, os redatores do Apóstolo entendiam que “[...] a liberdade da inteligência está em ser escravo da verdade, e [...] a liberdade da vontade consiste em ser escravo da virtude, como exprime M. Balmes.” (O Apóstolo, n. 48, 1871, p. 3).

A verdadeira liberdade incorreria, portanto, em se viver distante dos “erros” modernos, “protegido” da corrupção dos costumes e da moral a partir da submissão à autoridade eclesiástica, já que esta era a representante da autoridade divina: “A autoridade exercida pela Igreja Católica [...] em nada cerceia a liberdade justa e razoável que se expressa naquelas palavras do texto sagrado [...]” (O Apóstolo, nº. 8, 1884, p. 3). Tal argumentação encontraria em Balmes sua sustentação. Para ele, a verdadeira liberdade fundamentara-se na teologia cristã, tendo em vista a guerra que a Igreja travava com as forças que a ela se opunham, exortando os bons cristãos a submeterem-se a Deus – e, por conseguinte, ao Papa, seu representante terreno - para serem verdadeiramente livres dos supostos “erros” da modernidade: ou seja, a “libertad en el santuario de la consciencia” (BALMES, s.a, p. 97).

Tratar do conceito de liberdade neste contexto impunha abordar outro tema caro ao discurso liberal: a escravidão. Ao longo das décadas de 1860, 1870 e, principalmente, a partir de 1880 (CARVALHO, 2012, p. 120), os debates em torno do encaminhamento da questão servil assumiram centralidade na cena pública do Império, acirrando ânimos e projetos entre distintos grupos da sociedade brasileira (ALONSO, 2015), incluindo a Igreja Católica, atuante no debate público através da imprensa. Neste sentido, O Apóstolo assumiria, a partir da década de 1870, uma posição emancipacionista, fortemente apoiada em Balmes.

Para tal engajamento, o jornal publicara artigos que sustentavam “ideologicamente um processo de abolição gradual, hierarquizado, dentro da ordem e garantidor dos laços de dependência que uniam senhores e escravos” (ABREU *apud* PEREIRA, 2011, p. 50). Tal perspectiva é precisamente o cerne da leitura balmesiana em torno do fim da escravidão. Para o autor catalão, o processo de finalização da “funesta” instituição escravista deveria ser franqueado por uma abolição gradual, de acordo com as possibilidades da época, de modo a não romper o edifício social, já que estava profundamente arraigada nas dinâmicas operacionais do mundo europeu:

[...] la esclavitud estaba profundamente arraigada en las ideas, en las costumbres, en las leyes, en los intereses individuales y sociales: sistema funesto sin duda, pero que era una temeridad pretender arrancarle de un golpe, pues que sus raíces penetraban muy hondo, se extendían a largo trecho debajo las entrañas de la tierra (BALMES, s.a, p. 134).

Na década de 1880 a temática continuaria em voga no jornal, que acentuava o teor emancipacionista de seu discurso, recomendando que os senhores zelassem pelos ex-escravos, garantindo-lhes trabalho, exaltando sumariamente o papel da Igreja na luta contra a escravidão. Perspectiva esta ancorada em Balmes, para quem a abolição da escravidão nas sociedades cristãs seria obra da Igreja (BALMES, s.a, p. 133), vista como uma “asociación regeneradora” (BALMES, s.a, p. 132).

A defesa imperativa da via gradualista da emancipação – comum a outros membros das elites brasileiras da época (AZEVEDO, 2003; SILVA, 1999) - pautara-se ainda no entendimento do episcopado brasileiro de que a abolição, tal qual discutida no Parlamento, não mudaria a condição social do ex-escravo, ao não mobilizar esforços em torno do direito a uma vida digna para os libertos. Postura esta que, também, encontraria respaldo em Balmes, o qual defendera a necessidade de se garantir meios de subsistência para tal população após a abolição; do contrário, argumentava, jamais assumiriam a verdadeira liberdade (BALMES, s.a, p. 137-138). Para tanto, previa-se um processo pedagógico em relação aos libertos antes de serem inseridos na sociedade – mediante o ensino religioso católico -, compreendendo tal população como uma “[...] inmensa masa de hombres brutales y furibundos puestos sin preparación en libertad y movimiento [...]”, um “[...] horroroso peligro” para a ordem social (BALMES, s.a, p. 136).

Diretamente vinculada a esta perspectiva, tornaram-se comuns as discussões acerca das noções heterogêneas de tolerância, notadamente em assuntos de natureza religiosa. A partir de círculos maçônicos e protestantes, construíram-se críticas profundas àquela que seria interpretada como uma marca indelével na história da Igreja: a intolerância para com o “outro”, tendo na Inquisição sua máxima expressão. Em contraofensiva, os redatores do Apóstolo utilizavam-se da memória registrada por Balmes acerca da Inquisição como argumento contrário à tal acusação (BALMES, s.a, p. 319). Ao mesmo tempo, criticavam o modelo civilizatório de F. Guizot,¹⁵ credor da ideia de que somente o protestantismo “permitiría romper este mundo teocrático y abrir - gracias al germanismo - las puertas de la individualidad, la racionalidad y la tolerancia.” (MARTÍNEZ, 2011, p. 391).

Em publicação de novembro de 1870, O Apóstolo busca defender a Igreja dos ataques que apontavam a Inquisição como prova da intolerância que, durante séculos, permeara os atos da Instituição. Apostando na defesa da profunda “tolerância” que caracterizaria a Igreja de Roma, o jornal apoia-se em uma primeira citação direta da obra de Balmes, até aquele momento, estando ela traduzida.¹⁶ Defendiam, assim, o argumento de que as penas capitais executadas pela Inquisição eram muito mais ligadas aos interesses dos monarcas ibéricos do que à Igreja, encarada como a defensora da misericórdia perante os acusados, jamais tendo condenado alguma alma, ao contrário de protestantes e racionalistas (BALMES, s.a, p. 322-327). Na concepção do jornal (n. 46, 1870, p. 7), a obra de Balmes demonstrava que jamais:

¹⁵ No Brasil, Guizot constituiu uma das principais referências do discurso “saquarema”, nome atribuído ao grupo de políticos conservadores que, desde 1837, estabelecem sua “hegemonia saquarema” em nível do Parlamento nacional. Além da ênfase no papel unificador do Estado, estes políticos pensaram o papel da Igreja neste processo em termos estritamente políticos, como um braço estatal, subordinada ao padroado e sob os moldes do regalismo imperial, assumindo função instrumental no processo civilizatório (RAMIRO Jr., 2016, p. 87).

¹⁶ Não há, porém, nenhuma menção sobre a citação ter sido extraída de alguma versão estrangeira, original ou traduzida.

[...] a inquisição de Roma chegou à execução de uma pena capital. Os Papas [...] nunca derramaram uma gota de sangue, e os protestantes e racionalistas que se inculcam os benfeitores da humanidade o fizeram correr em rios. Pode-se em boa fé acusar o catolicismo dos rigores exercidos por alguns príncipes católicos indóceis às admoestações de Roma?

Balmes admite criteriosamente que, em “tempos calamitosos”, cristãos haviam cometido o que considera “atrocidades”. Entretanto, desloca imediatamente sua narrativa para as “atrocidades” cometidas pelos inimigos da Igreja, por ele entendidas como mais graves: “Entre los católicos se cometieron atrocidades, pero ¿no las cometieron también sus adversarios?” (BALMES, s.a, p. 321). Ensaiaando um exercício de historicidade em favor da Igreja Católica, o autor justificara a atuação da Inquisição, argumentando que na:

[...] Dureza de costumbres de aquellos tiempos, cuando a causa de largos siglos de transtornos y violencias, la fuerza había llegado a obtener una preponderancia excesiva, ¿qué podía esperarse de los poderes que se veían amenazados de un peligro semejante? Claro es que las leyes y su aplicación habían de resentirse del espíritu de la época (BALMES, s.a, p. 322).

Deste modo, em sua postura apologética, buscara defender a Igreja, eximindo-a das responsabilidades pelos atos dos tribunais da Inquisição, argumentando que a Igreja e seus fiéis seriam caracterizados pela tolerância, pela bondade, pela caridade (BALMES, s.a, p. 302), conceitos atrelados ao discurso ultramontano e que, para Balmes, eram personificados na figura do Papa (BALMES, s.a, p. 327). Sob tal formulação discursiva, a “matanza de San Bartolomé, y las demás atrocidades que se hayan cometido en nombre de la religión, en nada deben embarazar a los apologistas de la misma; porque la religión no puede hacerse responsable de todo lo que se hace en su nombre [...]” (BALMES, s.a, p. 320).

Esta postura alinhava-se aos “[...] lugares comunes del pensamiento ‘reaccionario’ católico”, na qual “se encuentra la idealización de un pasado que en realidad nunca fue tal y como se lo representa, constituyendo una suerte de ‘mito’ premoderno donde nada estaba ‘torcido’ aún” (BERROCAL, 2016, p. 43). O autor catalão estaria ainda intimamente ligado à “filosofia contrarrevolucionaria española”, a qual havia “idealizado su Edad Media considerándola una época floreciente y justa” (BERROCAL, 2016, p. 43). Sob tal entendimento, a Igreja e seus costumes pareciam não ter nada a ver com o que se executara naqueles julgamentos; foram os “tempos calamitosos” que teriam demandado-lhe ações coercitivas a favor da maniqueísta luta entre o “bem” (a fé cristã) e o “mal” (a heresia).

As críticas ultramontanas aos protestantes e maçons se avolumaram e teriam sustentação na obra balmesiana. Em publicação de setembro de 1890, quando os debates em torno da liberdade religiosa pululavam na opinião pública, o jornal elabora uma publicação que visa a explicar aos leitores as principais características do protestantismo, exortando seu combate. Dentre estas, estaria um suposto ódio veemente a Cristo – e, por consequência, ao Papa -, oriundo da maçonaria e dos judeus: “Desse ódio oculto à Cristo, herdado de judeus e maçons, saiu, por consequência lógica, o ódio ao Papa, seu representante na Terra, manifestado na guerra que lhe fazem [...]” (O Apóstolo, n. 105, 1890, p. 3). Fundamentando tal perspectiva, Balmes iria além, afirmando que o protestantismo havia destruído “[...] la unidad de la civilización europea, introduciendo en

su seno la discordia, y debilitando su acción física y moral sobre el resto del mundo” (BALMES, s.a, p. 410-413).

Balmes seria ainda empregado no combate às investidas protestantes e maçônicas ao dogma da infalibilidade papal. A autoridade pontifícia, a partir de análise balmesiana, é vista como o dique capaz de controlar a irrupção de ideias consideradas heréticas pelo tradicionalismo católico (SILVA; SILVA, 2020), por não terem na Igreja seu orientador moral. A maçonaria e o protestantismo, ao negarem tal autoridade, permitiriam que estas matrizes ímpias se alastrassem e tomassem conta da “civilização”. Por isso sua qualificação como “erro”, a ser devidamente combatido (BALMES, s.a, p. 69). Esta ideia é reiterada pelo Apóstolo, ao lembrar que: “O erro, como disse Balmes, encontrou simpatias, encontrou defensores, [...], estendeu-se e propagou-se com a rapidez do incêndio” (O Apóstolo, n. 135, 1883, p. 4).

A livre interpretação das Sagradas Escrituras estaria no cerne da crítica ultramontana aos protestantes. Afinal, em “terra católica, os clérigos são os intermediários obrigatórios entre a Palavra divina e os fiéis” (CHARTIER, 2011, p. 87). Também neste ponto, os redatores do jornal analisado encontrariam em Balmes seu respaldo teórico, uma vez que para este não haveria maior erro que aquele supostamente “cometido por los corifeos del Protestantismo, al poner la Biblia en manos de todo el mundo, procurando [...] acreditar la ilusión de que cualquier cristiano era capaz de interpretarla [...]” (BALMES, s.a, p. 72).

No que toca às relações entre Estado e Igreja, bastante abaladas no Brasil da época, sobretudo após os acontecimentos que motivaram a “Questão Religiosa”, Balmes seria uma referência recorrente na defesa ultramontana de que o poder temporal deveria continuar privilegiando o catolicismo enquanto religião oficial do Estado, visto como verdadeiro fundamento da sociedade e da política, contrariamente ao propugnado pelos círculos liberais e maçônicos da época (ANDRADE, 2016). Tomemos uma publicação de agosto de 1875, a qual se propõe a justificar a participação do clero na vida política brasileira, argumentando que o discurso segundo o qual a política não caberia aos clérigos seria oriundo de setores “ímpios”, que almejavam a criação de governos ilegítimos pautados na luta de interesses “mesquinhos” e no anseio a separação entre Igreja e Estado, através da secularização em moldes liberais (O Apóstolo, n. 129, 1875, p. 2-3).

Para o jornal, a política seria uma rede de disputas e debates mais elevados, cuja incidência sobre causas sociais justificariam a intervenção dos “únicos” princípios legitimadores: os religiosos, de orientação católica. Enquanto a ligação entre Estado e Igreja impediria que a sociedade fosse arrastada para a anarquia e a servidão, o clérigo seria um cidadão como outro qualquer; logo, não haveria motivos constitucionais para privá-lo da participação política. Argumenta, ainda, que tais questionamentos brotavam do pensamento revolucionário, o qual, na leitura ultramontana, romperia o equilíbrio social, ao lado das “heresias” protestantes:

[...] os inimigos da Igreja vão afastando da luta política os clérigos tímidos, e conseguem de tal sorte constituir governos e parlamentos ímpios. Quem é lido na história sabe que a religião nunca deixou de influir na política. [...] A política [...] é coisa mais elevada; deve estar acima dessas paixões mesquinhas, visto que o terreno da luta é o das ideias e dos grandes interesses sociais. [...] por quanto todas as grandes questões políticas e sociais são mais ou menos dominadas pela religião. [...] a união entre Igreja e Estado não pode deixar de existir, sob pena de serem arrastados os povos à anarquia ou à servidão. [...] Nunca, em tempo algum, foi posta em dúvida a legitimidade da influência do clero nas coisas públicas. A história atesta o fato. Foi o clero que, antes da revolução de 1789, manteve o equilíbrio entre

os três elementos sociais daqueles tempos, a monarquia, a nobreza e o povo. [...] Balmes, na sua obra *O protestantismo comparado com o catolicismo* o demonstra cabalmente e de maneira irrefutável (*O Apóstolo*, n. 129, 1875, p. 2-3).

Desta forma, o jornal exorta a comunidade católica a se mobilizar politicamente, de modo a conter o avanço da vertente liberal. Balmes e sua obra são referenciados como fator de legitimação para estes argumentos, uma vez que, para o autor, ao desmontar a influência política do clero e do Papa, o protestantismo teria rompido a ordem social (BALMES, s.a, p. 600).

Evidentemente, ao criticar o poder temporal, Balmes referia-se ao cenário europeu (BALMES, s.a, p. 614). Contudo, o jornal se apropria teleologicamente deste argumento, tomando tal conjuntura como exemplo de uma incontornável situação futura destinada aos rumos da Igreja no Brasil, o que demandava a contínua participação do clero na política. Desse modo, sob as orientações de Balmes, “a política haveria de encontrar um padrão ou código moral de fundo capaz de orientar-lhe”, a partir de uma “estrutura moral calcada nos perfeitos padrões da teologia da Igreja Católica Apostólica Romana” (BUENO, 2012, p. 81-82). Para Balmes (s.a.p, p. 615):

Todos los principios de legislación, todas las bases de la sociedad, todos los elementos de cultura, todo cuando había quedado de artes y de ciencias, todo estaba en manos de la religión, y todo se puso por consecuencia muy natural bajo la sombra del solio pontificio; como que éste era el único poder que obraba con orden, concierto y regularidad, el único que ofrecía prendas de estabilidad y firmeza.

A apologética balmesiana nas formulações discursivas recrudescem, sobretudo, a partir de 1877, quando a obra aqui analisada se torna corrente no mercado livresco do Rio de Janeiro, coincidindo com o auge das tensões entre Igreja católica e Estado imperial, nos marcos da Questão Religiosa (SILVA; CARVALHO, 2019), denunciando o progressivo esgarçamento das relações entre ambos. Na década de 1880,¹⁷ o referencial balmesiano seria apropriado em comparável profusão, sustentando a tônica dos debates em torno do encaminhamento da questão servil e da crise do regime monárquico, conforme mencionado.

Já na década de 1890, as menções a Balmes decaem, de modo que o autor viria a desaparecer rapidamente do conjunto de referenciais discursivamente mobilizados pelo periódico. Não significa, porém, que Balmes havia perdido sua relevância: interpretamos a mudança da ênfase nas obras do autor como sintoma do fato de que as demandas enfrentadas pelo episcopado ultramontano à época já não encontrariam em Balmes a sustentação basilar, uma vez que o advento da República demandava um novo realinhamento entre Igreja e Estado no Brasil. Aqui, mais uma vez, reiterando um certo legitimismo mitigado – já manifesto por ocasião da Independência, com a implantação do regime constitucional e representativo (LYNCH, 2014, p. 66) – a reação da imprensa ultramontana à República não foi de “hostilizá-la”, desde que esta confirmasse a expectativa de ser “o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.” (*O Apóstolo*, n. 132, 1889, p. 2). Nesse contexto, as reações do episcopado nacional, reproduzidas pela imprensa católica, dirigiram-se muito mais à decisão do Governo Provisório, que pelo Decreto n. 119-A, de 7 de janeiro de 1890, posteriormente incorporado pela Constituição

¹⁷ Em 1879 Leão XIII promulgara a Encíclica *Aeterni Patris*, na qual recomendara fortemente a filosofia tomista - base do pensamento balmesiano - ao clero católico, de forma que, na aurora dos anos 1880, o referencial balmesiano conseguira adquirir novo fôlego (ANDRADE, 1949, p. 93).

de 1891, punha fim ao regime do padroado e instituiu a plena liberdade de culto “a todas as confissões religiosas”.

Desde 1890, portanto, a liberdade religiosa, acompanhada da “laicização à brasileira” (MARIANO, 2011) do Estado e da abolição da escravatura já haviam sido institucionalizadas regime republicano havia suplantado a monarquia católica e as próprias diretrizes de Roma, no papado de Leão XIII, já haviam assumido formatação distinta do panorama reacionário de teor legitimista, sob o qual a leitura balmesiana se mostrara base de fundamentação teórica do discurso ultramontano veiculado nas páginas da imprensa católica no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise da apropriação da obra balmesiana pelo jornal O Apóstolo, reforça-se a pertinência do enfoque inicialmente proposto: pensar a circulação e apropriação cultural de impressos católicos no século XIX, tendo como dimensão analítica central a construção do pensamento ultramontano, concomitante às reconfigurações do próprio catolicismo, sob a perspectiva das “histórias conectadas”. Neste sentido, baseados nos argumentos do autor e, em especial, daqueles contidos na obra O protestantismo comparado ao catolicismo, os redatores do jornal buscaram moldar a opinião pública, segundo seus ideais de civilização e progresso, assentados na defesa intransigente do catolicismo romano. O pensamento balmesiano, porém, tornar-se-ia base da tônica discursiva ultramontana no referido periódico apenas a partir da recepção de suas obras pelo mercado editorial brasileiro, com o aparecimento de suas traduções para o idioma português e a subsequente circulação destas nas redes de sociabilidade tecidas a partir das livrarias radicadas no Rio de Janeiro.

Desde então, as apropriações da obra balmesiana obedeceram à dinâmica interna da sociedade brasileira da época, acompanhando as tensões nas relações entre Estado e Igreja católica e embatendo-se contra outros projetos de modernidade, externados no cenário nacional: surgindo de modo tímido na década de 1860, acentuando-se na década de 1870, em resposta aos episódios da Questão Religiosa, e de 1880, em meio aos debates em torno do fim da escravidão e da ascensão da tendência republicana, que selaram o enfraquecimento da monarquia, entrariam em declínio desde 1890.

À luz dos referenciais teórico-metodológicos adotados, a análise da fonte eleita demonstrou os estreitos vínculos do discurso ultramontano veiculado pela imprensa periódica no Brasil da segunda metade do século XIX, com as referências do tradicionalismo católico e do pensamento legitimista europeu, aqui representados pelas obras de Jaime Balmes. Tais vínculos se dão através de trocas que “fluem para além das fronteiras da nação”, tendo na circulação de impressos uma de suas dimensões privilegiadas na construção de modernidades, assim como de reações às suas tendências. É neste sentido que a tomada do catolicismo oitocentista sob o enfoque das “histórias conectadas” em nível transnacional se revela-se profícua, não tanto por reconhecer a “condição mundial da Igreja e do catolicismo”, mas por “fazer das formas concretas em que se expressa essa condição parte do objeto de estudo” (MARTÍNEZ; SANTIROCCHI, 2020, p. 2).

Enquanto o esforço empreendido nos permite chegar a conclusões sugestivas, aprofundamentos e lacunas parecem ter muito a ganhar com a perspectiva assinalada, notadamente a ausência de informações e estudos que possam esclarecer acerca dos primeiros leitores de Balmes no Brasil, da circulação dos impressos e atores responsáveis pela difusão do pensamento balmesiano, assim como de suas apropriações por outros

veículos em momentos que extrapolam os recortes desta pesquisa. Sugestivo, nesta direção, é o fato de que, em 1988, o Centro Brasileiro de Fomento Cultural editou em forma de livro o que corresponde aos capítulos XIV a XIX da obra balmesiana aqui analisada, sob o título “A Igreja Católica em Face da Escravidão”, retomando a importância da referida obra no contexto das celebrações do centenário da abolição no Brasil e da constituinte de 1988.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. A circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no Século XIX. *Livro*, v.1, p. 115-130, 2011.
- ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 100, p. 1-30, 2015.
- ANDRADE, Alex M. *A Maçonaria no Brasil (1863-1901): poder, cultura e ideias*. São Paulo: Annablume, 2016.
- ANDRADE, António A. de. Balmes em Portugal. *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. 5, Fasc. 1, p. 92-95, 1949.
- AZEVEDO, Célia M. M. de. *Abolicionismo*. Estados Unidos e Brasil: uma história comparada. São Paulo: Annablume, 2003.
- BALMES, Jaime. *El Protestantismo comparado con el Catolicismo en sus Relaciones con la Civilizacion Europea*. Buenos Aires: Emecé Editores, s.a.
- BLANCHE-RAFFIN, A. de. *Vida y juicio crítico de los escritos de D. Jaime Bálmes*. Madrid: Imprenta de D. Anselmo Santa Coloma y Compañía, 1850.
- BERROCAL, Alejandro S. La filosofía reaccionaria del siglo XIX como crítica de la Modernidad: la “idea rusa” y “España como problema”. *La razón histórica. Revista Hispanoamericana de Historia de las Ideas*, Madrid, n. 33, p. 34-60, 2016.
- BITTENCOURT, Agueda B. O livro e o selo: editoras católicas no Brasil. *Pro-Posições*, v. 25, n. 1, p. 117-137, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BUENO, Roberto. A política como autoritarismo: o projeto compartilhado de Donoso Cortés e Jaime Balmes à sombra de Carl Schmitt. *Intus-Legere Filosofia*, v. 6, n. 1, p. 77-96, 2012.
- CARVALHO, José M. de. A vida política. In: CARVALHO, José M. de. (org.). *A construção nacional, 1830-1899*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-129.
- CARVALHO, Thaís da R. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal ultramontano O Apóstolo (1866-1891)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.
- CHARTIER, Roger (org.) *Práticas de Leitura*. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger (org.) *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CIARALLO, Gilson. O tema da liberdade religiosa na política brasileira do século XIX: uma via para a compreensão da secularização da esfera política. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 85-99, 2011.

CLOCLET SILVA, Ana R. C. da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo. *Horizonte: Revista de estudos de teologia e ciências da religião*, v. 18, p. 542-569, 2020.

CLOCLET DA SILVA, Ana R. Matrizes da Teologia Política no pensamento ultramontano brasileiro do século XIX. In: *Anais do VII Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião: Religião e Crise Socioambiental*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 17 a 20 de setembro de 2019.

CLOCLET DA SILVA, Ana R.; CARVALHO, Thaís da R. A Cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 12, n. 35, p. 09-42, 2019.

CLOCLET DA SILVA, Ana R. *Construção da Nação e Escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)*. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999.

CLOCLET DA SILVA, Ana R.; SILVA, Leonardo H. de S. A construção discursiva do conceito de “heresia” no contexto da Questão Religiosa: uma análise a partir do jornal “O Apóstolo” (1871-1875). *História Unicap*, v. 7, n. 14, p. 450-465, 2020.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Tânia M. T. B. da C. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. *Escritos*, v. 5, p. 41-52, 2011.

GOULART, Ilsa do C. V. Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 5-19, 2014.

GOULEMOT, Jean M. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.) *Práticas de leitura*. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

GREGÓRIO XVI, Papa. *Encíclica del Sommo Pontefice Gregorio XVI Mirari vos*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/gregorius-xvi/it/documents/encyclica-mirari-vos-15-augusti-1832.html>. (Acesso em: 19 Jul 2021).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LEÃO XIII, Papa. *Epístola Encíclica Aeterni Patris del Sumo Pontífice León XIII*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html. (Acesso em: 23 Jun 2021).

LIMEIRA, Aline de M. *Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação*. 2011. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/jornal-apostolo-1866-1893-acoes-catolicas-imprensa-educacao>., Acesso em: 17 Fev 2021.

LYNCH, Christian. O pensamento conservador ibero-americano na era das Independências (1808-1850). *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, 2008.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARIN, Jérri R. O desenvolvimento da imprensa católica no Brasil. FONSECA, André Dione; MARIN, Jérri Roberto. *História, imprensa e religião*. Curitiba: Appris, 2020.

MARTÍNEZ, Ignacio; SANTIROCCHI, Ítalo D. Iglesia atlântica. Iglesia universal. Iglesia romana. Escenarios de la modernidad católica en el siglo XIX. *Almanack*, Guarulhos, v. 1, n. 26, p. 1-8, 2020.

MARTÍNEZ, Javier B. El Balmes apologeta en El protestantismo comparado con el catolicismo. *Espíritu LX*, n. 142, p. 379-398, 2011.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOGUEIRA, Octaciano (org.) *Constituições Brasileiras: 1824*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

O APÓSTOLO. Periódico Religioso, Moral e Doutrinário, consagrado aos interesses da Religião e da Sociedade (1866-1901). Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20 Abr 2021.

PEREIRA, Camila M. *Abolição e catolicismo. A participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RAMIRO Jr., Luis C. O conceito de civilização e o discurso ultramontano no Brasil. *Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas*, v. 5, p. 69-107, 2016.

RODRIGUES, Cândido M. Expoentes do pensamento conservador: conservadores tradicionalistas e contrarrevolucionários. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano VI, n. 16, p. 35-54, 2013.

SÁNCHEZ, Miguel Á. B. Jaime Balmes: conocimiento y acción. *Espíritu LX*, n. 142, p. 225-240, 2011.

SANTIROCCHI, Ítalo D. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização, ultramontanismo, reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2010b.

SILVA, Ana P. B. R. da; PINTO, Jefferson de A. Tradição e modernidade: reflexões sobre intelectuais e circulação de ideias no período da neocrisandade no Brasil. *Intellèctus*, ano XIII, n. 2, p. 103-122, 2014.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Ana Rosa Cloctet da Silva: Doutora em História. Docente-pesquisadora. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Faculdade de História e PPG em Ciências da Religião, Escola de Humanidades, Campinas, SP, Brasil



Leonardo Henrique de Souza Silva, Graduado em História e Mestrando em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Prof. Achille Bassi, n. 95, Campinas, CEP: 13083-530, SP, Brasil

ORIGEM DO ARTIGO

Resultado de Projeto de Pesquisa Auxílio Regular Fapesp vinculado ao PPG em Ciências da Religião da PUC-Campinas, sob responsabilidade de autora Ana Rosa Cloclet da Silva, e da pesquisa de Iniciação Científica de Leonardo Henrique de Souza Silva

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Grupo Religião y Política da Rede de Pesquisadores de Iberconceptos; aos pesquisadores do Grupo de Pesquisa História das Religiões e Religiosidades do PPG em Ciências da Religião da PUC-Campinas; ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. R. Cloclet da Silva, L. H. de S. Silva

Coleta de dados: A. R. Cloclet da Silva, L. H. de S. Silva

Análise de dados: A. R. Cloclet da Silva, L. H. de S. Silva

Discussão dos resultados: A. R. Cloclet da Silva, L. H. de S. Silva

Revisão e aprovação: A. R. Cloclet da Silva, L. H. de S. Silva

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)- Processo: 2018/04602-9
FAPIC/Reitora da PUC-Campinas

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica

PREPRINT

O artigo não é um preprint

LICENÇA DE USO

© Ana Rosa Cloclet da Silva e Leonardo Henrique de Souza. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade

EDITORES

Jo Klanovicz

José Cal Montoya



HISTÓRICO

Recebido em: 30 de novembro de 2021

Aprovado em: 12 de dezembro de 2022

Como citar: CLOCLET DA SILVA, Ana R.; SOUZA, Leonardo H. de. A recepção de Balmes no Brasil do século XIX: uma análise a partir da imprensa ultramontana. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 53, p. 145-163, jan./abr. 2023.

